

POLÍTICA INDUSTRIAL DE MATO GROSSO: A DINÂMICA DO EMPREGO E DA RENDA DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS BENEFICIADAS PELO PRODEI - 1998 A 2005

Rogério de Oliveira e Sá³
Dirceu Grasel⁴
Benedito Dias Pereira⁵

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo, verificar a importância do benefício fiscal concedido às empresas através do PRODEI na dinâmica dos empregos e na renda dos trabalhadores no período de 1998 a 2005, e ainda, verificar como se distribuem os empregos entre as atividades econômicas, e quais os tipos de empregos existentes, se estáveis ou sazonais. Os resultados mostram que o PRODEI contribui para geração de emprego, e que a renda dos trabalhadores de 1998 para 2005 caiu na maior parte deles. Apontaram também para a existência de grande número de trabalhadores pouco qualificados. Contudo, é necessária uma análise complementar acerca da dinâmica do emprego e da renda dos trabalhadores, que considerem os efeitos do nível de incorporação tecnológica sobre o nível de emprego.

Palavras-chave: PRODEI, Geração de Emprego e Renda dos Trabalhadores.

ABSTRACT

This paper's objective was to verify the importance of the fiscal benefit, granted to the companies through PRODEI, regarding the dynamics of employments and workers' income in the period from 1998 to 2005. Also, to verify how jobs were distributed among the economical activities, and which types of existent jobs: stable or seasonal. The results showed that PRODEI contributed to job creation, and that the workers' income between 1998 and 2005 fell in most of them. They also evidenced a great number of unqualified workers. However, it is necessary a complementary analysis concerning the dynamics of employment and of workers' income so that consider the effects of the level of technological incorporation on the job level.

Key-words: PRODEI, Job Creation and Workers' Income.

³ Técnico da Área Instrumental na Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso e mestrando em Agronegócio e Desenvolvimento Regional formado pela UFMT (rogeriocba2@gmail.com).

⁴ Professor Associado I do Departamento de Economia da UFMT (Cuiabá, MT) e Doutor em Engenharia de Produção pela UFSC (dgrasel@ufmt.br).

⁵ Professor Associado I do Departamento de Economia da UFMT (Cuiabá, MT) é Doutor em Economia UFPE (bdp@terra.com.br).

1. INTRODUÇÃO

A dinâmica do emprego e da renda dos trabalhadores na atividade industrial figura-se como uma das questões mais importantes a serem tratadas nos estudos econômicos, ao longo do tempo, se observa diversos momentos em que se discute a questão do emprego e renda dos trabalhadores no processo de produção capitalista. Esta preocupação presente nos dias atuais através de movimentos sociais e de instituições sindicais, bem como, nas políticas econômicas e políticas setoriais adotadas pelos estados brasileiros, em geral, via incentivos fiscais concedidos às empresas e sustentada por outros setores que transferem recursos para esta via.

Entendemos por dinâmica do emprego e da renda dos trabalhadores como parte da mecânica que envolve os movimentos dos objetos/variáveis, relacionando-os às forças que os produzem. Neste caso, entende-se dinâmica dos empregos e da renda dos trabalhadores, como sendo, o conjunto de variáveis inter-relacionadas ao emprego e a renda no tempo, ou melhor, o movimento do emprego e da renda no tempo, a partir de variáveis que expliquem (a força que produz sobre o emprego e a renda) o seu movimento, identificado através de indicadores do grau de escolaridade, tempo de emprego e tipo de vínculo empregatício.

Neste sentido, o Estado de Mato Grosso e os estados que compõem a região Centro-Oeste oferecem benefícios e incentivos às empresas como forma de atrair investimentos para seus parques industriais, a exemplo dos programas que fomentam setores específicos, tais como: PRODECON-DF, FOMENTAR-GO, PRODEI-MT e o PROAÇÃO-MS.

O PRODEI – Programa de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, objeto do presente estudo, foi o primeiro programa de incentivo fiscal criado no estado, e, tem como proposta a postergação do pagamento do ICMS, criado pela constituição de 1988, com deferimento por 10 anos. Sua cobertura atingia todos os setores da indústria. Seu principal objetivo é fomentar o desenvolvimento industrial do Estado de Mato Grosso, através da concessão de prazo especial de pagamento do ICMS, com a condição de que as empresas que pleiteassem os incentivos devessem atender total ou parcialmente aos seguintes critérios⁶:

- i) Geração de oferta de postos de serviços para a mão-de-obra disponível no Estado;
- ii) Utilização de matéria-prima e/ou outros recursos disponíveis no Estado;

⁶ Critérios elencados na página da internet da SICME : <http://www.sicme.mt.gov.br/>.

- iii) Suprimento da demanda interna do estado e/ou geração de excedentes exportáveis;
- iv) Melhoria do nível tecnológico da atividade desenvolvida no Estado;
- v) Preservação e melhoria do meio ambiente.

Esta prática promove a chamada “*guerra fiscal*”, comum nos estados brasileiros, a exemplo do PRODEI, que busca o desenvolvimento industrial no estado por meio de incentivos fiscais para atrair novos investimentos e pela diversificação das atividades industriais (RAMMINGER, 2005).

Outros aspectos poderiam estar sendo analisados. No entanto, a magnitude da questão social, no que se refere à dinâmica dos empregos gerados e a renda dos trabalhadores em setores incentivados é pouco abordada na academia e está sempre em evidência nas discussões não acadêmicas, especialmente porque a renúncia, assim como, a postergação do recolhimento do ICMS, significam menos investimentos sociais diretos, em saúde e educação, no curto prazo.

Neste sentido, este artigo tem por objetivo verificar a importância do benefício fiscal concedido às empresas através do PRODEI na dinâmica dos empregos e na renda dos trabalhadores no período de 1998 a 2005.

Este estudo está organizado em seções: a seção 2 trata do método aplicado na construção dos indicadores. Na seção 3, apresenta-se uma discussão teórica que aborda questões relacionadas com política industrial e desenvolvimento econômico. A seção 4 está reservada para apresentação e análise dos resultados. Por fim, esboçamos as conclusões e recomendações.

2. METODOLOGIA

Os dados secundários foram obtidos na base de dados do Sistema Gerenciador de Transmissão de Dados pela Internet (SGT-NET) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que disponibiliza os registros administrativos preenchidos pelos empregadores através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), servindo para a análise relativa à evolução do número de empregos das diversas categorias econômicas consideradas na pesquisa. Do setor incentivado foram levantados junto Secretaria de Indústria, Comércio, Minas e Energia (SICME), as empresas beneficiadas pelo PRODEI, por atividade econômica com base na classe Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) informações referente à RAIS das empresas beneficiadas.

O número de empregos e a renda dos trabalhadores foram obtidos junto a SGT-NET e MTE, com o objetivo de construir indicadores que permitiram identificar

a importância do PRODEI na dinâmica do emprego e renda dos mesmos. A estrutura oferecida pela base de dados do MTE na Internet e utilizada pelo autor permitiu a construção de indicadores segundo o número de empregos, por faixa de salário-mínimo, grau de instrução, renda média, tempo de emprego e tipo de vínculo empregatício.

A análise dos dados foi delimitada por meio de dois setores: setor - MT (empresas do setor de atividades econômicas de Mato Grosso, relacionadas à Classe CNAE das empresas beneficiadas pelo PRODEI); e setor incentivado (empresas beneficiadas pelo PRODEI segundo a agregação das Classes CNAE).

Merece destaque que a metodologia adotada apresenta limitações na análise da sazonalidade do emprego. Embora esta incorpore a questão do tempo de permanência no emprego e o tipo de vínculo, que permitem verificar a existência de incremento de empregos com pouco tempo de serviço, ela não permite concluir, sem risco de erro, que os empregos existentes têm caráter sazonal ou não, já que a análise está relacionada com toda a atividade econômica definida pela classe CNAE das empresas beneficiadas pelo programa.

Outra limitação se refere à impossibilidade de atribuir os resultados da geração de emprego exclusivamente ao PRODEI. Em análises de emprego e renda, existe um conjunto de fatores que influenciam os resultados atingidos e, em função dos dados existentes e da forma como estão disponíveis, não foi possível definir um método que pudesse isolar apenas a influência do PRODEI. Entre estas influências merecem destaque as estratégias de manutenção e ampliação de competitividade industrial – na perspectiva de Kupfer (1991) e Kupfer e Hasenclever (2002) –, resultantes de esforços não associados aos incentivos fiscais.

Portanto, existe um conjunto de fatores que proporcionariam competitividade às empresas, relacionados aos esforços da própria empresa e relacionadas com as condições oferecidas pelo setor público voltados para a instalação de plantas industriais, com o objetivo de ampliar a geração de empregos e renda (RUBEL, 2002).

Neste sentido, apesar da concorrência e a incorporação de novas técnicas de produção apresentarem influências diretas na geração de empregos e renda e por sua vez na dinâmica do emprego do setor incentivado autores como Mattoso (2000) identificaram a necessidade de maior dedicação a esta questão, todavia, não será objeto de análise neste artigo. Destacaremos apenas, que uma análise que desconsidere esta abordagem certamente apresenta limitações quanto aos resultados apresentados, que poderão ser vistos apenas como um indicativo. A justificativa desta opção é que tal inclusão tornaria a análise bastante complexa.

3. ASPECTOS TEÓRICOS DA POLÍTICA INDUSTRIAL E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Na definição de política industrial não existe uma separação entre os instrumentos, objetivos da política industrial e da política econômica em geral. Segundo Suzigan (1978), numa versão preliminar a definição de política industrial seria uma versão da política econômica em geral em um conjunto de objetivos relacionados à atividade e ao desenvolvimento industrial.

Conforme o autor, a definição mais específica de política industrial nos remete a uma discussão quanto aos seguintes aspectos: os objetivos, instrumentos e instituições. Ainda segundo ele, os objetivos de forma genérica preocupam-se com o crescimento e a eficiência do setor, por exemplo, o aumento do nível de emprego; já os instrumentos podem ser classificados em duas categorias: a primeira, a política econômica em geral, podendo ser classificada de “ortodoxa”; e a segunda de não-ortodoxa. Quanto às políticas que possam ser incluídas na primeira classificação estão à política comercial (aduaneira, cambial) e na segunda se incluiriam as setoriais e regionais, neste caso, destacam-se as políticas de incentivos fiscais e financeiras.

As instituições envolvidas na formulação e implementação de políticas industriais referem-se às áreas abrangidas pela política, como as da área financeira, fiscal, do comércio exterior, regional e o da indústria. Dada a diferenciação entre as políticas “ortodoxas” e “não ortodoxas”, Suzigan (1978) diferencia o conceito de política industrial da política de industrialização. Para esta última, que utiliza instrumentos “ortodoxos”, se visaria simplesmente o desenvolvimento industrial, por sua vez, a política industrial seria mais específica, porque, visaria à eficiência do setor industrial, ao promover o desenvolvimento tecnológico industrial, ou seja, uma política com tendência setorial, enquanto que a política de industrialização seria mais abrangente.

3.1. O processo de formação da industrialização e de desenvolvimento econômico.

Segundo Souza (2005), o desenvolvimento econômico pressupõe o crescimento de variáveis básicas, como produção, emprego e renda, constituindo-se as condições necessárias para sua realização; além disso, esse crescimento precisa efetuar-se com aumento da produtividade, preservação do meio ambiente e

melhorias nos indicadores sociais, implicando maior nível de bem estar para o conjunto da população em todas as regiões do sistema nacional.

Para alcançar o tão sonhado “desenvolvimento”, a sociedade ao longo de sua evolução passou por diversos estágios e/ou mudanças, como por exemplo, as influências advindas do processo de industrialização.

Este processo de industrialização se consolidou direta e indiretamente a custas dos pequenos produtores locais, de economias “atrasadas” e da agricultura, através da concentração econômica ocorrida no século XVII (HOBBSAWN, 1979).

A fase inicial de acumulação de capital do processo de industrialização também é apontada por Huberman (1981) que destaca que o capital necessário para a consolidação do processo inicial da Revolução Industrial veio de pessoas que trabalharam duro, gastando somente o indispensável e que aos poucos foram juntando as economias para a consolidação do processo de industrialização. Contudo, a condição posta para completá-la dependia das formas que deveria criar seus próprios mercados, ela não podia ocorrer em uma estrutura feudal. Nesse caso, era fundamental a transformação da estrutura social, ou seja, o mesmo processo que reorganizou a divisão social do trabalho incrementando a proporção do trabalhador não-agrícola na produção industrial e criando as classes assalariadas (HOBBSAWN, 1979).

Por isso, a Revolução Industrial ocorrida inicialmente na Inglaterra e posteriormente nos EUA, Alemanha, França, Japão, foi o resultado de uma série de transformações na estrutura social e de inovações tecnológicas introduzidas na produção manufatureira, que reduziram sistematicamente os custos médios de produção e aumentaram a oferta de bens de consumo e de bens de capital, expandindo o nível de emprego no meio urbano (SOUZA, 2005).

A linha teórica que sustenta este artigo é o da política industrial, que busca o aumento da renda e do emprego, baseado na eficiência industrial, através do desenvolvimento tecnológico e do aumento do emprego e renda, por meio de incentivos fiscais e financeiros, especificamente do PRODEI-MT.

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. Dinâmica do emprego no setor incentivado⁷, setor - MT⁸.

Nesta seção veremos a dinâmica do emprego no setor incentivado. A Tabela 1 traz o número de empregos gerados ou desligados de 1999 a 2005. No

7 Setor incentivado é o conjunto de empresas beneficiadas pelo PRODEI segundo a Classe CNAE.

8 Setor-MT é o um conjunto de empresas dos setores de atividades econômica de Mato Grosso, relacionadas à classificação da Classe CNAE das empresas beneficiadas pelo PRODEI.

setor - MT, em 1999 foram desligados 3.472 empregos, ou melhor, mais de 3.400 trabalhadores foram demitidos, sendo que no setor incentivado foram gerados 598 empregos no mesmo ano. O ano que mais gerou emprego no setor - MT e no setor incentivado foi em 2005, com 4.512 e 2.411 empregos gerados respectivamente.

Em parte, esta instabilidade no número de emprego no setor - MT no ano de 1999 pode ser explicada pela mudança do câmbio ocorrida em 02/1999 no Brasil, o que levou possivelmente a uma redução no nível de atividade econômica no contexto macroeconômico, num primeiro momento, pelo desaquecimento nos negócios. Passado esta fase de instabilidade na atividade econômica, esta mudança no câmbio proporcionou aos setores exportadores um estímulo pela mudança nos preços relativos principalmente de produtos voltados a exportação, tais como: carne, soja e bebidas, apesar de ocorrer o inverso nos insumos importados.

Tabela 1 – Nº de empregos gerados/desligados, setor - MT e incentivado – 1999 a 2005.

Ano	Setor - MT	Nº. Empregos Ano	Setor Incentivado	Nº. Empregos Ano
1998	20.794		2.455	
1999	17.322	(3.472)	3.053	598
2000	18.752	1.430	3.077	24
2001	21.910	3.158	4.623	1.546
2002	26.037	4.127	5.209	586
2003	27.856	1.819	5.209	0
2004	31.586	3.730	5.505	296
2005	36.098	4.512	7.916	2.411

Fonte: MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS 1998 a 2005, Elaboração própria.

Podemos afirmar que o saldo de empregos no setor incentivado foi positivo, pois a partir de 1999 foram gerados mais de 5.400 empregos, enquanto o setor - MT gerou 15.304 empregos, considerando os desligamentos (desemprego) dos trabalhadores em 1999 (Tabela 1).

Ainda, é possível afirmar que o PRODEI tenha contribuído com a geração de emprego, dado que, o número médio de empregos gerados por empresa no setor incentivado é superior a do setor – MT; a título de exemplo, no ano de 2005 no setor incentivado foram gerados 47 empregos por empresa; no setor – MT esta proporção é de apenas 4 empregos por empresa. Se considerarmos, o total de empregos existentes pelo número de empresas a relação passa a ser de 38 em 98, no setor – MT; em 99, ano em que houve redução no número de emprego neste setor, o número de emprego por empresa passou a ser de 29. No setor incentivado o número de emprego foi de 89, neste último ano, ou seja, muito superior a do setor –

MT, o que indica que o setor incentivado está contribuindo com a geração de emprego (SICME, 2006; MTE, 2007)

A Tabela 2, a seguir traz a evolução do emprego no setor - MT no período de 1998 a 2005 por atividade econômica é possível verificar o número de empregos nos 17 (dezessete) setores que possuem maior estoque de emprego e o agregado dos 9 (nove) setores com pouca participação no estoque de emprego, tais como: Cultivo de Uva, Outras Lavouras Permanentes, Fabricação de Amido, Refino de Açúcar, Produtos Alimentícios, Fabricação de Tintas, Outros Produtos Químicos, Artefatos Plásticos e Laminados de Aço, totalizando 26 (vinte e seis), tipos de atividade econômica selecionadas. Nela é possível verificar as atividades que mais empregaram ao longo do período, Abate de Reses, Aves, Laticínios e Produção de Álcool, foram responsáveis por mais de 75% do total de empregos existentes em 1998 nas atividades selecionadas. Em 2005, esta proporção passou a ser de 69% e mais de 25.000 empregos.

Tabela 2 – Evolução do nº de emprego a partir da Classe CNAE, setor - MT- 1998 a 2005.

Atividade Econômica	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Abate de Reses	6.964	7.130	7.704	8.086	9.096	9.856	12.076	13.426
Abate de Aves	5.945	1.920	1.962	1.089	2.828	2.695	3.459	6.152
Produção de Óleos	408	466	317	356	449	540	696	691
Refino de Óleos	181	17	49	51	344	378	466	443
Laticínios	820	922	924	1.057	1.297	1.268	1.238	1.270
Beneficiamento de Arroz	392	515	587	621	805	967	1.154	1.104
Fabricação de Rações	274	325	461	615	803	1.031	1.203	1.076
Fabricação de Cervejas	444	351	403	443	506	417	446	480
Água Mineral	160	142	129	203	169	172	154	179
Fabricação de Refrigerantes	961	984	984	1.022	1.021	1.100	1.275	1.247
Beneficiamento de Algodão	129	299	333	473	602	607	589	407
Curtume de Couro	624	685	693	789	949	963	1.142	1.388
Produção de Álcool	1.954	2.042	2.043	3.777	3.790	5.024	3.870	4.297
Artefatos de Borracha	207	206	201	205	202	228	266	311
Artefatos de Cimento	709	693	1.021	1.066	1.263	1.048	1.320	1.443
Fabr. de Estrutura Metálicas	266	263	377	579	594	650	1.056	824
Fabricação de Colchões	165	124	225	271	285	316	354	362
Outros	191	238	339	1.207	1.034	596	822	998
Total	20.794	17.322	18.752	21.910	26.037	27.856	31.586	36.098

Fonte: MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS 1998 a 2005, Elaboração própria.

A Tabela 2 mostra ainda que os setores de Fabricação de Cervejas, Água Mineral e Fabricação de Refrigerantes geraram 857 empregos no período analisado, considerando o desemprego gerado que foi de 392. Em 2002 foram 251 empregos gerados e houve 34 demissões, sendo que em 2005 gerou 59 empregos e 127 demissões.

Ainda em relação à Tabela 2 podemos verificar que o reflexo da mudança de câmbio, em 1999, foi sentida fortemente pelos setores Abate de Aves que teve 4.025 trabalhadores demitidos, Refino de Óleo, com 164, e Fabricação de Cervejas, com 93 demissões. O ano que os setores Abate de Reses mais empregou trabalhadores foi em 2004, com 2.220 empregos, Abate de Aves em 2005, com 2.693, e Produção de Álcool em 2001, com 1.734 empregos.

Entre os que experimentaram a trajetória crescente no acumulado de 1998 a 2005 nos empregos podemos destacar: Abate de Reses 92%, Laticínios 54%, Beneficiamento de Arroz 181% e o Beneficiamento de Algodão 215%.

4.2. Dinâmica da renda dos trabalhadores no setor - MT e setor incentivado.

Nesta seção será possível verificarmos a dinâmica do emprego na renda, ou seja, verificar como a renda se distribui nas diversas atividades econômicas selecionadas e se a renda cresceu ao longo do período da análise. Com base na Tabela 3 é possível verificar o número de empregos que tiveram rendimento em 31/12/1998 segundo a faixa de Salário Mínimo (SM). Segundo os dados MTE, o percentual de pessoas que recebiam mais de 01 até 02 SM no total de empregos é de 22%, sendo que a maioria recebeu mais de 02 até 03 SM representa o equivalente a 36%; outros 4.619 trabalhadores recebiam mais de 03 até 05 SM, com o equivalente a 22% e, menos de 0,5% receberam até 0,5 SM.

Além dessa visão geral na distribuição da renda entre os trabalhadores é possível verificar também a distribuição desta renda entre as atividades econômicas, ou melhor, a forma em que ela se distribui nos segmentos selecionados.

Em relação ao total de empregos, em 1998, no segmento Abate de Reses, 10% das pessoas ocupadas recebiam mais de 01 até 02 SM. Para os que recebiam mais de 02 a 03 SM, neste mesmo segmento, a taxa é de 11%. A participação de quem recebiam mais de 01 a 02 SM é de apenas 1%, enquanto que na faixa de mais de 02 até 03 SM é de 16%. Diante dos fatos é possível afirmar que no segmento Abate de Aves, a renda dos trabalhadores está concentrada em uma faixa superior a dos trabalhadores do segmento Abate de Reses.

Outros segmentos também concentraram maior número de trabalhadores na faixa de renda de mais de 01 até 02 SM, tais como: Laticínios, Beneficiamento de Arroz, Fabricação de Rações, Curtume de Couro, Artefatos de Cimento e

Fabricação de Estruturas Metálicas, enquanto que no segmento Fabricação de Refrigerantes a maior parte dos trabalhadores recebiam mais de 02 até 03 SM. Já no segmento Produção de Álcool a maior parte dos trabalhadores recebiam mais de 03 até 05 SM. Dentre todos os segmentos citados este segmento (Produção de Álcool) é o que concentra maior número de trabalhadores nesta faixa de renda.

Tabela 3 – Nº de empregos por faixas salariais para o setor - MT, Classe CNAE - 1998.

Atividade Econômica	Até 0,50	+ 0,50 até 1	+ 1 até 2	+ 2 até 3	+ 3 até 5	+ 5 até 10	+ 10 até 20	+ 20	Ignorado
Abate de Reses	3	46	2.236	2.486	1.399	407	57	2	328
Abate de Aves	0	7	372	3.359	1.338	480	266	84	39
Produção de Óleos	0	0	1	39	175	143	34	14	2
Refino de Óleos	0	0	5	30	57	56	22	8	3
Laticínios	0	29	360	250	113	52	8	3	5
Benef. de Arroz	0	25	229	70	50	12	3	0	3
Fabr. de Rações	0	8	109	76	35	31	9	5	1
Fabr. de Cervejas	0	2	4	8	114	210	79	23	4
Água Mineral	0	1	95	35	18	7	2	0	2
Fabr. Refrigerantes	0	5	132	318	299	140	49	12	6
Benef. de Algodão	2	5	33	39	27	14	1	0	8
Curtume de Couro	0	1	257	186	121	36	10	1	12
Produção de Álcool	9	14	187	274	622	547	153	87	61
Artefatos de Borracha	1	1	69	79	36	19	2	0	0
Artefatos de Cimento	0	44	285	182	119	54	7	1	17
Fabr. Estr. Metálicas	0	9	118	67	36	29	2	0	5
Fabr. de Colchões	0	0	48	39	44	29	4	1	0
Outros	1	13	121	27	16	7	1	2	3
Total	16	210	4.661	7.564	4.619	2.273	709	243	499

Fonte: MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS 1998 a 2005, Elaboração própria.

Em 2005, no segmento Abates de Reses pode-se verificar que a grande maioria dos trabalhadores ocupados recebe mais de 01 até 02 SM, ou seja, abaixo da faixa de renda em mais de 02 a 03 SM, verificada em 31/12/1998. Ocorreu também uma mudança na faixa de renda no segmento Abates de Aves, tendo em vista, que a grande maioria dos trabalhadores que recebiam renda na faixa entre mais de 02 até 03 SM, passaram, em 31/12/2005, para a faixa entre mais 01 até 02 SM, ou seja, a maior parte dos trabalhadores recebiam mais em 1998, do que em 2005, pois agora se concentram numa faixa de renda menor (Tabela 4).

No segmento Produção de Álcool, a maioria dos trabalhadores recebiam mais de 03 até 05 SM. Entre todos os segmentos citados este segmento é o que

ainda mantém a concentração de trabalhadores em uma faixa de renda superior, pois a maioria dos trabalhadores detinham renda na faixa entre mais 01 até 02 SM. Em 1998, concentrava 622 trabalhadores, passando, em 2005, para 1.419 nesta faixa de renda.

Tabela 4 – Nº de empregos por faixas salariais para o setor - MT, Classe CNAE - 2005.

Atividade Econômica	Até 0,50	+ 0,50 até 1	+ 1 até 2	+ 2 até 3	+ 3 até 5	+ 5 até 10	+ 10 até 20	+ 20	Ignorado
Abate de Reses	27	105	6.754	3.952	1.287	434	79	18	770
Abate de Aves	20	70	3.659	1.462	472	215	76	15	163
Produção de Óleos	2	1	48	196	247	131	41	6	19
Refino de Óleos	0	0	34	106	147	100	38	14	4
Laticínios	0	45	696	305	133	54	8	1	28
Benef. de Arroz	2	45	541	291	145	41	11	3	25
Fabr. de Rações	3	28	576	270	117	58	6	0	18
Fabr. de Cervejas	0	8	22	153	167	87	25	11	7
Água Mineral	0	30	104	26	12	7	0	0	0
Fabr. Refrigerantes	15	6	418	333	280	106	22	8	59
Benef. de Algodão	1	16	103	92	107	47	16	2	23
Curtume de Couro	3	25	696	333	207	76	14	1	33
Produção de Alcool	41	48	704	1.229	1.419	562	140	51	103
Artefatos de Borracha	2	4	102	100	38	37	12	2	14
Artefatos de Cimento	4	56	862	330	119	27	3	0	42
Fabr. Estrutura Metálicas	1	20	395	179	110	63	12	1	43
Fabricação de Colchões	0	8	140	116	53	32	6	1	6
Outros	0	108	563	171	94	27	8	2	25
Total	121	623	16.417	9.644	5.154	2.104	517	136	1.382

Fonte: MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS 1998 a 2005, Elaboração própria.

Os dados do MTE com base na RAIS pela classe CNAE nos permitem ter uma visão específica dos empregos nas atividades econômicas do setor - MT, ou seja, verificar a importância de cada atividade econômica na participação do emprego nas Classes CNAE selecionadas e verificar a distribuição da renda entre os diversos setores analisados.

No setor incentivado, cerca de 38% dos empregados recebem mais de 01 até 02 SM, e pouco menos de 0,5% recebeu rendimentos de até 0,5 SM em 2005. A taxa de participação de empregados que recebe rendimento de mais de 01 até 02 SM é de 18% (Tabela 5).

Tabela 5 – Nº de empregos por faixa salarial das empresas beneficiadas setor incentivado e setor - MT – 2005.

Classes de rendimento por faixa de SM	Setor Incentivado	Setor-MT
Até 1/2 salário mínimo	38	121
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	48	623
Mais de 1 a 2 salários mínimos	3.032	16.417
Mais de 2 a 3 salários mínimos	1.920	9.644
Mais de 3 a 5 salários mínimos	1.555	5.154
Mais de 5 a 10 salários mínimos	798	2.104
Mais de 10 a 20 salários mínimos	229	517
Mais de 20 salários mínimos	53	136
Ignorado	243	1.382
Total	7.916	36.098

Fonte: MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS de 2005, Elaboração própria.

A participação dos trabalhadores que recebe mais de 01 até 02 SM em relação ao total de empregos no setor incentivado e setor – MT é de 38% e 45%. Na faixa de mais de 02 até 03 SM as taxas são de 24% e 26%, enquanto que nas faixas de mais de 03 até 05 SM as taxas são de 19% e 14%, respectivamente (Tabela 5). Logo, é possível afirmar que o setor - MT concentra a maior parte dos seus trabalhadores nas faixas de menor rendimento, ou seja, mais de 01 até 03 SM, enquanto que no setor incentivado nas faixas de maior rendimento, entre mais de 01 até 05 SM.

Ainda em relação à renda dos trabalhadores podemos verificar a faixa de renda média, em 12/2005 por grau de escolaridade (Tabela 6); para os trabalhadores com a 4ª série incompleta a renda média é de R\$ 890,64, maior dos que tem o 2º grau incompleto que recebeu R\$ 718,17, logo é possível afirmar que, o aumento da renda desses trabalhadores não é seguido pelo grau de escolaridade, mas possivelmente pela produtividade do trabalho, a exemplo de trabalhadores boias frias do setor canavieiro.

Os dados apresentados nos levam a afirmar que, a maior parte dos empregos existentes no setor incentivado, a renda é distribuída entre as faixas que vai de mais de 01 até 05 SM, enquanto que, no setor - MT a maior parte dos empregos se concentra nas faixas de renda entre 01 a 03 SM. Nesta faixa, a maior parte (mais de 45%) dos empregos recebem rendimento entre mais de 01 a 02 SM. Ainda, em relação à renda auferida pelos trabalhadores é possível afirmar também que o aumento da renda média dos trabalhadores não é seguido pelo grau de escolaridade, mas possivelmente pela produtividade do trabalho. Aspecto não considerado neste estudo.

Tabela 6 – Nº de empregos e remuneração média em 31/12/05, grau de escolaridade, setor incentivado.

Grau de Escolaridade	Empregos	Remuneração Média em R\$
Analfabeto	42	579,30
4ª série incompleta	288	890,64
4ª série completa	575	747,24
8ª série incompleta	1.114	742,76
8ª série completa	1.206	787,34
2º grau incompleto	1.287	718,17
2º grau completo	2.693	944,88
Superior incompleto	293	1.561,74
Superior completo	418	2.962,89
Total	7.916	966,70

Fonte: MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS de 2005, Elaboração própria.

4.3. Dinâmica do grau de instrução nos empregos do setor - MT e setor incentivado.

A escolaridade é um fator importante na análise do emprego. Neste sentido, cerca de 25% do total de empregos existentes no segmento Abates de Reses, no setor – MT, é de empregados que possuem até 8ª série completo seguido pelo segmento Abate de Aves, com 8% e a Produção de Álcool, também com 8% (Tabela 7).

No total de empregos, a participação dos trabalhadores que tem até a 8ª série completa é de 58%, pouco mais de 1% são analfabetos e apenas 2% tem o curso superior completo. Outro aspecto que merece destaque é que apesar dos setores Abates de Reses, Abates de Aves, Laticínios e Produção de Álcool terem uma grande participação no número de empregos no setor – MT, esses segmentos também compõem a grande parcela de empregos com escolaridade baixa, ou melhor, trabalhador que na grande maioria têm escolaridade até 8ª série completa.

A participação de empregos com a escolaridade entre o 2º grau completo até o superior completo é de 27%. Desta participação, 22% são de empregos com até o 2º grau completo. No segmento Abates de Reses, por exemplo, 8% em relação ao total de empregos nos setores selecionados têm até a 4ª série incompleta e apenas 5% têm a 4ª série completa.

Tabela 7 – Nº de empregos por grau de instrução para o setor - MT,
Classe CNAE - 2005.

Atividade Econômica	Analfabeto	4ª série incom p.	4ª série comp.	8ª série incom p.	8ª série comp.	2ª grau incom p.	2ª grau comp.	sup. incom p.	Sup. comp.
Abate de Reses	82	1.309	1.832	3.837	2.276	1.536	2.198	147	209
Abate de Aves	33	123	392	1.223	1.270	1.230	1.654	84	143
Produção de Óleos	3	23	28	64	74	76	327	34	62
Refino de Óleos	0	10	24	58	50	25	180	30	66
Laticínios	14	114	163	274	216	133	290	30	36
Benef. de Arroz	7	55	100	217	284	202	202	13	24
Fabr. de Rações	13	33	87	99	187	189	357	42	69
Fabr. de Cervejas	0	0	0	2	17	12	291	71	87
Água Mineral	3	9	22	47	21	47	23	2	5
Fabr. Refrigerantes	3	11	16	131	129	220	594	68	75
Benef. de Algodão	6	24	23	108	86	40	84	15	21
Curtume de Couro	25	105	149	343	296	204	216	22	28
Produção de Alcool	147	1.033	522	836	381	483	676	90	129
Artefatos de Borracha	0	3	4	47	102	48	75	22	10
Artefatos de Cimento	17	113	197	357	294	157	261	26	21
Fabr. Estrutura Metálicas	2	7	45	85	193	127	295	28	42
Fabr. Colchões	0	11	10	45	45	71	139	28	13
Outros	11	34	137	124	179	166	310	15	22
Total	366	3.017	3.751	7.897	6.100	4.966	8.172	767	1.062

Fonte: MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS de 2005, Elaboração própria.

A análise dos setores selecionados com base nas atividades econômicas em relação ao grau de escolaridade nos trouxe informações importantes acerca do setor - MT no seu nível mais simples de desagregação, pois, é possível perceber que a grande maioria dos empregos existentes é de trabalhadores que tem no máximo até 8ª série completa.

Entretanto, se analisarmos os segmentos propriamente dito (grau de escolaridade por segmento em relação ao total de empregos), veremos que, no setor – MT, a participação de trabalhadores que têm a 4ª série incompleta no total

de emprego do segmento Abates de Reses é de 9%. Se considerarmos todos os trabalhadores que possuem até a 4ª série completa, essa taxa passa para 24%. Ainda é possível verificar que os segmentos: Abate de Reses, Abate de Aves e Produção de Álcool são os segmentos que mais concentram trabalhadores que possuem baixa escolaridade, ou seja, até a 4ª série completa.

Analisando os dados agregados pode-se verificar que 3% dos trabalhadores do setor incentivado possuem a 4ª série incompleta. Para o setor – MT, a taxa é de 8%, em relação ao total de empregos dos setores, se considerarmos todos os trabalhadores que possuem até a 4ª série completa a taxa passa ser de 11% para o setor incentivado e 19% no setor - MT (Tabela 8).

No setor incentivado, os trabalhadores que possui a 8ª série incompleta e completa a taxa é de 29% em relação ao total de emprego do setor. No setor – MT é de 38% de trabalhadores que possui o 2º grau incompleto e completo a taxa é de 50% e 36%, para o curso superior incompleto e completo a taxa seria de 8% e 5%, respectivamente em relação ao total de empregos nos setores.

Tabela 8 - Nº de empregos por grau de instrução, setor incentivado e setor - MT-2005.

Grau de escolaridade	Setor incentivado	Setor -MT
Analfabeto	42	366
4ª série incompleta	288	3.017
4ª série completa	575	3.751
8ª série incompleta	1.114	7.897
8ª série completa	1.206	6.100
2º grau incompleto	1.287	4.966
2º grau completo	2.693	8.172
Superior incompleto	293	767
Superior completo	418	1.062
Total	7.916	36.098

Fonte: MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS de 2005, Elaboração própria.

Frente aos dados, chegamos à conclusão de que no geral os trabalhadores no setor incentivado possui maior nível de escolaridade em relação ao setor - MT, já que a concentração dos trabalhadores nesse setor está no grau de escolaridade de 8ª série incompleta ou completa, enquanto que no setor incentivado a maioria dos trabalhadores possui o 2º grau incompleto ou completo, considerando ainda, que existe uma participação maior de trabalhadores com o curso superior incompleto ou completo neste último.

4.4. Dinâmica do tempo de emprego e tipo de vínculo empregatício nos empregos do setor - MT e setor incentivado.

Nesta seção veremos o tempo de emprego dos trabalhadores nas atividades econômicas selecionadas, como elas se distribuem nos segmentos por tipo de vínculo empregatício, se estes empregos são estáveis ou sazonais.

Na Tabela 9 temos a distribuição dos empregos no setor incentivado, setor - MT por tempo de serviço em 31/12/2005, esta tabela nos proporciona fazer considerações acerca da concentração dos trabalhadores no tempo dedicado à atividade econômica selecionada, juntamente com esse indicador o tipo de vínculo possibilitará uma análise mais precisa acerca da estabilidade do emprego gerado.

Conforme os dados da Tabela 9 a taxa de participação de trabalhadores que têm tempo de emprego dedicado à atividade econômica no setor incentivado na faixa de tempo que vai de 6 a 23,9 meses é de 30%, para os trabalhadores que possuem tempo de emprego até 5,9 meses a taxa é de 33%, para os trabalhadores que tem tempo de trabalho superior a 24 meses a taxa é de 35%.

No setor - MT a taxa de participação de trabalhadores que tem tempo de trabalho até 5,9 meses é de 29%, para os que têm tempo de trabalho que vai de 6 a 23,9 meses a taxa é de 37% para os que têm tempo superior a 24 meses a taxa é de 32%.

Conclui-se então que, o tempo de permanência dos empregos no setor incentivado e setor - MT se distribuem de forma mais equilibrada entre os setores, dado que, no setor incentivado na faixa de tempo de emprego até 5,9 meses a taxa de participação em relação ao total de empregos no setor é de 33%, enquanto que no setor - MT a taxa é de 29%, isto pode ser reflexo de aumento na contratação de trabalhadores nos últimos 5,9 meses.

Na faixa de tempo de emprego que vai de 6 a 23,9 meses a taxa no setor incentivado é de 30%, para o setor - MT a taxa é de 37%, isto pode ser reflexo de empresas consolidadas no setor que mantém seus empregados na atividade econômica por longo período de tempo.

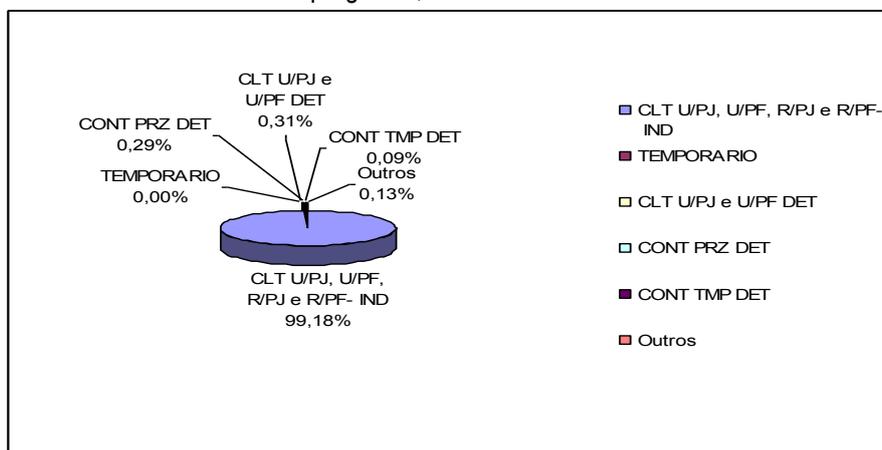
Tabela 9 – Número de empregos por faixa de tempo de emprego, no setor incentivado e setor - MT.

Tempo de emprego em meses	Setor incentivado	Setor-MT
Até 2,9	1.711	5.756
3,0 a 5,9	946	4.976
6,0 A 11,9	1.332	7.656
12,0 a 23,9	1.104	5.832
24,0 a 35,9	682	4.388
36,0 a 59,9	1.003	4.184
60,0 a 119,9	823	2.587
120 ou mais	315	710
Ignorado	0	9
Total	7.916	36.098

Fonte: MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS de 2005, Elaboração própria.

O Gráfico 1 mostra a taxa de participação de empregos por tipo de vínculo empregatício. Cerca de 99 % dos empregos existentes no setor – MT, em 2005, são de trabalhador urbano e rural vinculado à pessoa jurídica e física, por prazo indeterminado, sendo que menos de 1% são de contratos temporários, e contrato com prazo e tempo determinados, contratados por pessoa física e jurídica na zona rural e urbana.

Gráfico 1 – Taxa de participação do emprego por tipo de vínculo empregatício, setor - MT – 2005.



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE

Portanto, as considerações que fazemos dos empregos existentes no setor incentivado e setor - MT é de que a grande maioria dos trabalhadores tem estabilidade no emprego, em função do tempo dedicado à atividade econômica, neste caso, superior a 6 (seis) meses. Ressaltando que mais de 99% desses empregos são de contrato indeterminado, ou seja, os empregos não são temporários ou sazonais. Ainda foi possível verificar que o setor incentivado concentra maior número de seus trabalhadores na faixa de tempo de emprego que vai até 5,9 meses, podendo ser um indicativo de que está havendo um aumento na contratação de novos trabalhadores, em função de que a grande maioria dos empregos existentes serem de contratos indeterminados.

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Este artigo procurou verificar a importância do benefício fiscal concedido às empresas através do PRODEI na dinâmica dos empregos e na renda dos trabalhadores no período de 1998 a 2005.

Nas diferentes seções, verificamos abordagens de questões que promove discussões sobre os fenômenos que podem afetar a geração de emprego e por sua vez, a dinâmica dos empregos existentes, pelo crescimento ou redução do emprego, por meio do incentivo fiscal, ou pela competitividade adquirida e/ou proporcionada às empresas pelo estado.

Os resultados nos mostram que a maior parte dos empregos existentes no setor - MT se concentram em algumas atividades, a exemplo, Abate de Reses, Abate de Aves e Produção de Alcool. Verificamos também que a tendência do emprego foi crescente no setor incentivado, o que representa fortes indícios de que o PRODEI contribuiu para geração de emprego. Contudo, não se pode dizer que este crescimento tenha sido única e exclusivamente resultado do incentivo dado pelo estado via PRODEI. Também foi possível verificar no setor incentivado que, dos empregos existentes, a maior parte são de trabalhadores que têm o 2º grau completo, enquanto que no setor - MT a maioria tem a 8ª série incompleta e completa, e que a renda desses trabalhadores não é seguida pelo grau de instrução, mas possivelmente pela produtividade do trabalho.

Também é preciso destacar que, em geral, a maioria dos empregos existentes no setor incentivado possui maior nível de escolaridade (2º grau incompleto) em comparação ao setor - MT, pois através da desagregação dos dados pela CNAE, neste último setor, foi possível detectar a presença de trabalhadores pouco qualificados, com no máximo até a 8ª série completa.

Em complemento ao nosso estudo, verificou-se uma mudança na concentração de trabalhadores entre as faixas de rendimento de 1998 para 2005. Em 1998, a maioria dos trabalhadores ganhava entre mais de 02 a 03 SM, segundo o setor - MT, passando em 2005 para a faixa de renda entre mais de 01 a 02 SM. No setor incentivado a renda se distribuiu melhor entre as faixas de rendimento que vão de mais de 01 a 05 SM, enquanto que no setor - MT existe uma grande concentração de trabalhadores na faixa de renda entre mais de 01 a 03 SM. No geral podemos afirmar que, em relação ao ano de 1998, houve uma mudança na concentração de trabalhadores entre as faixas de renda e, hoje, a maioria dos trabalhadores ganha entre a faixa que vai de mais de 01 a 02 SM. Portanto, no estudo verificamos fatores que demonstram que houve um crescimento no emprego, mas, em contrapartida, houve uma redução na renda dos trabalhadores.

No que se refere ao tempo de emprego e tipo de vínculo empregatício, foi verificado quais os tipos de empregos gerados nos segmentos selecionados. Neste sentido, com base nos dados do MTE, em função do tempo dedicado à atividade econômica, é possível afirmarmos que a grande maioria dos empregos existentes tem certa estabilidade. Ou seja, a maior parte dos empregados tem tempo de emprego superior a 6 (seis) meses e mais de 99% desses empregos são de contrato indeterminado, indicando que os empregos não são temporários ou sazonais. Por fim, verificamos que o setor incentivado concentra maior número de seus trabalhadores na faixa de tempo de emprego até 5,9 meses (em comparação a outros setores nesta faixa). Considerando que a grande maioria dos empregos é de contratos indeterminados, esse dado representa um indicativo de que está havendo um aumento na contratação de novos trabalhadores,

E por último, para minimizar as limitações do método utilizado neste trabalho, seria recomendável que outros trabalhos verificassem alterações na estrutura do emprego, associadas com a incorporação tecnológica.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ESTADO DE MATO GROSSO. Lei n. 5.323, 19 de julho de 1988. Cria o Programa de Desenvolvimento Industrial de Mato Grosso e dá outras providências. [online]. [citado em 27/07/2006]. Disponível em: <<http://www.sefaz.mt.gov.br>>.

HOBBSAWN, Eric. *As Origens da revolução industrial*. Coleção bases. São Paulo: Global, 1979.

HUBERMAN, Léo. *História da riqueza do homem*. São Paulo: ZAHAR, 1981.

KUPFER, David. *Padrão de concorrência e competitividade*. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1991 (textos para discussão n. 265).

KUPFER, David; HASENCLEVER, L. (orgs). *Economia indústria: fundamentos teóricos e práticos no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002.

MATTOSO, Jorge. *Tecnologia e emprego: uma relação conflituosa*. *São Paulo Perspec.* [online]. Julho/Setembro. 2000, vol.14, no.3 [citado em 17 julho 2006], p.115-123. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-839200000300017&lng=en&nrm=iso. ISSN 0102-8839.

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. *Relação de Informações Sociais - RAIS de 1998 a 2005 dos setores selecionados*. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/pdet/default.asp>>. Base de dados da SGT-NET, dados gerados em Janeiro de 2007.

_____, *Relação de Informações Sociais - RAIS de 1998 a 2005 das empresas selecionadas*. Coordenação-Geral de Estatística do Trabalho. Brasília, 2007.

RAMMINGER, Reinhard, *Concessão de incentivos fiscais: Impacto dos benefícios do PRODEI em 2001 e 2002 nas finanças públicas* / Reinhard Ramminger. --2005. 52f; 29 cm. (no Prelo).

RUBEL, José, *Fatores influentes na concepção de políticas de desenvolvimento econômico local, pela promoção da competitividade sistêmica*, 114p. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Santa Catarina [on-line]. [citado em 27/11/2006]. Florianópolis, 2002. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/7699.pdf>>

SANT'ANNA, João Paulo da Fonseca Parracho, *Estudo da flutuabilidade do câmbio brasileiro*, Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Economia [online], Rio de Janeiro, 2003. disponível em: http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0115505_03_cap_03.pdf

SICME – Secretaria de Indústria, Comércio, Minas e Energia, *Número de estabelecimentos beneficiados pelo PRODEI*, dados coletados junto a SICME, 2006.

SOUZA, Nali de Jesus de, *Desenvolvimento econômico*. 5. ed. ver. São Paulo: Atlas, 2005.

SUZIGAN, Wilson, ed. *Indústria: política, instituições e desenvolvimento*, editado por Wilson Suzigan. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1978.